

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto SA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **51.118.615/0001-58**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **semestre** findo em **30 de junho de 2024**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 236, de 11 de setembro de 2024.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas foram publicadas no dia **30 de junho de 2024** no sítio eletrônico: www.iccscd.com.br.

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto SA** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

RICARDO LAURENCE TADEU
BARLETTI
Diretor de Contabilidade

PAULO VICTOR TISSE FRITZ
Contador CRC-1RJ109230/O-6 'T' SP



**Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A., acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao Semestre findo em 30 de junho de 2024.

No semestre findo em 30 de junho de 2024 a Sociedade apresentou resultado de R\$52mil, substancialmente, proveniente de operações de crédito e receitas financeiras.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional -CMN, a Sociedade mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2024 os limites operacionais da Sociedade, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA
Ricardo Laurence Tadeu Barletti



Demonstrações Contábeis

**INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE
CRÉDITO DIRETO S.A.**

CNPJ 51.118.615/0001-58

Demonstrações contábeis
Semestre findo em 30 de junho de 2024



INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2024.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Administradores da

**INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANÇA
SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em **30 de junho de 2024** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Integração de Crédito e Cobrança Sociedade de Crédito Direto S.A.** em **30 de junho de 2024**, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota 5, para o semestre findo em 30 de junho de 2024 a Sociedade optou por reverter a reserva legal constituída no exercício anterior no montante de R\$ 2.302, deixando de constitui-la também no montante adicional de R\$ 2.624, bem como reverteu também a provisão para pagamento de dividendos de R\$ 10.034. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e emitimos nosso relatório em 16 de abril de 2024, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

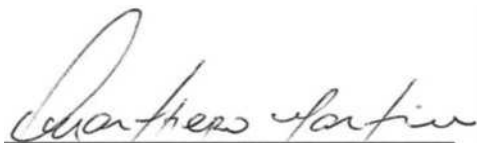
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2024.



Wagner Quartero Martim
Sócio contador - CRC ISP164.984/O-6
YPC Auditun S Auditoria Independente S/S
CRC 2SP034.906/O-3

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo			
Circulante		Semestre findo	Exercício findo
	Nota	em 30/06/2024	em 31/12/2023
Disponibilidades	3	1.430.553	1.357.183
Adiantamento		15.385	
Total do ativo circulante		1.445.938	1.357.183
Não circulante			
Emprestimos a Receber	4	164.239	197.571
Total do ativo não circulante		164.239	197.571
Total do ativo		1.610.176	1.554.754
Passivo e patrimônio líquido	Nota		
Passivo a Patrimônio Líquido			
Circulante			
Contas a pagar		2.287	1.428
Dividendos a pagar			10.934
Obrigações tributárias		9.363	7.346
Total do passivo circulante		11.650	19.648
Patrimônio líquido			
Capital social	5	1.500.000	1.500.000
Reserva Legal			2.302
Lucros (Prejuízos) acumulados		98.526	32.804
Total do patrimônio líquido		1.598.526	1.535.106
Total do passivo e patrimônio líquido		1.610.176	1.554.754

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANCA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstração do Resultado

Semestre findo em 30 de Junho de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2024</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2023</u>
Receita Líquida Operacional e financeira	6	<u>38.301</u>	<u></u>
Lucro bruto			
Despesas Gerais	7	<u>(38.865)</u>	<u></u>
Resultado operacional		<u>(564)</u>	<u></u>
Resultado financeiro	8	<u>69.055</u>	<u></u>
Despesa financeira		<u>69.055</u>	<u></u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>68.491</u>	<u></u>
Impos de Renda	9	<u>(10.003)</u>	<u></u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9	<u>(6.002)</u>	<u></u>
Lucro líquido de semestre		<u>52.486</u>	<u></u>
Ações no final do semestre		1.500.000	1.500.000
Lucro líquido por ação do capital social no fim do semestre - em- Reais		0,03	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANCA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2024.

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Lucro líquido do semestre	52.486	
Outros componentes do resultado abrangente		
Resultado abrangente do semestre	52.486	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 Junho de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital Social Subscrito</u>	<u>Capital social a Integralizar</u>	<u>Reerva Legal</u>	<u>Lucro (Prejuizos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01/01/2023 (não auditado)					
Capital a Integralizar	1.500.000	(1.500.000)			
Saldo em 30/06/2023	<u>1.500.000</u>	<u>(1.500.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integração de capital		1.500.000			1.500.000
Constituição de reserva			2.302	(2.302)	
Lucro líquido do semestre				46.040	46.040
Dividendos propostos				(10.934)	(10.934)
Saldo em de janeiro de 2024	<u>1.500.000</u>	<u>-</u>	<u>2.302</u>	<u>32.804</u>	<u>1.535.106</u>
Reversão Constituição de reserva			(2.302)	2.302	
Lucro líquido do semestre				52.486	52.486
Reversão de Dividendos propostos				10.934	10.934
Saldo em 30 de junho de 2024	<u>1.500.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>98.526</u>	<u>1.598.526</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INTEGRACAO DE CRÉDITO E COBRANCA SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

Semestre findo em 30 de Junho de 2024

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Semestre findo em 30/06/2024	Semestre findo em 30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do Semestre	52.486	
Provisão de impostos sobre o resultado	16.005	
	68.491	-
Variações no ativo e passivo	4.879	
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	33.332	
(Aumento) redução em outros ativo	(15.385)	
Aumento (redução) em outros passivos	859	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.927)	
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	73.370	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimentos pela integralização de capital		
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos		
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		
Aumento líquido ao Caixa e equivalentes de caixa	73.370	-
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	1.357.183	
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	1.430.553	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	73.370	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“SCD”) é uma Sociedade por ações de Crédito Direto, fundada em 01/09/2022 e com prazo de duração indeterminado, com sede na rua Simão Dias da Fonseca, 56 bairro do Cambuci, CEP 01539-020 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O objeto é a prática de operações de empréstimo, de financiamentos e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; e a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança, bem como atuação como representante na distribuição de seguros relacionados às operações.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas IFRS.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração, e foram aprovadas em 12 de agosto de 2024.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1.1 Classificação corrente versus não corrente

A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 06 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 06 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 06 meses após a data do balanço e a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 06 meses após a data do balanço;
- Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante.

2.2. Instrumentos financeiros

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

(a) Ativos financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado ("CA"); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a SCD pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b) Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a SCD estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (*impiamente*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado.

Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impiamente* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

juros ou de principal; (III) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira e (IV) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Sociedade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e
- A Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
- A Sociedade não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(e) Passivos financeiros - classificação

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da SCD, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Passivos financeiros – mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, não existindo restrição em sua utilização e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Direitos realizáveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 06 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes).

A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.5 Passivos circulantes

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.6 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da SDC e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a SCD possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação é o Lucro Real Anual, sistemática regulamentada pelos artigos 218 e 219 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR 9.580/2018).

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Exercicio findo em 31/12/2023	Semestre em 30/06/2024
Caixa e equivalentes de caixa		
Aplicações financeiras		
Disponibilidades imediatas	1.357.183	1.430.553
	1.357.183	1.430.553

As disponibilidades imediatas correspondem às operações em fundos de investimentos de renda fixa, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco.

4 Empréstimo a Receber

	Exercicio findo em 31/12/2023	Semestre em 30/06/2024
Credito pessoal consignado	349.739	270.085
(-) Rendas a apropriar	(151.175)	(106.663)
Operações de Credito a Receber	<u>198.564</u>	<u>163.422</u>
PCLD - Prov. Cred. De Liq. Ducidosa	<u>(993)</u>	<u>(817)</u>
	197.571	164.239

➤ Taxa média das operações 3,99% e prazo de 60 meses.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Capital Social

Em 30 de junho de 2024 (e 31 de dezembro de 2023) o montante de capital social totalmente integralizado era de R\$ 1.500.000,00 representados por 1.500.000,00 ações nominativas, com valor nominal.

6 Receita líquida de serviços

	<u>Semestre em 30/06/2024</u>	<u>Semestre em 30/06/2023</u>
Rendas com Operações de crédito	44.509	
Tributos sobre receita	(6.208)	
Receita Líquida	<u>38.301</u>	

7 Despesas por natureza

	<u>Semestre em 30/06/2024</u>	<u>Semestre em 30/06/2023</u>
Serviços de terceiros	(40.400)	
PCLD - reversão	1.809	
Outras	(274)	
Despesas gerais	<u>(38.865)</u>	

8 Resultado Financeiro

	<u>Semestre em 30/06/2024</u>	<u>Semestre em 30/06/2023</u>
Receitas Financeiras	70.324	
Desconto Obtido	447	
Impostos sobre Operações financeiras - IOF	(1.717)	
	<u>69.055</u>	

9 Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>Semestre findo em 30/06/2024</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2023</u>
Resultado do semestre/exercício antes do IRPJ e CSLL	68.492	
Compensações 30% de prejuízo acumulado		
Base do IRPJ e CSLL	<u>(16.005)</u>	
	(10.004)	
Imposto de renda 15° (*)	(6.002)	
Contribuição Social 9%		

(*) adicional de 10% não aplicável na base de cálculo do exercício.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Gestão de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a alguns riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco cambial), risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. O programa de gestão de risco da Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Sociedade, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Sociedade identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que reduzem o rendimento das aplicações financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas à empréstimos e financiamentos captados no mercado. A sociedade não possui dívidas com instituições financeiras na data base das demonstrações contábeis.

(b) Risco cambial

O risco cambial refere-se ao risco de variação nos custos de contratos vinculados à moeda estrangeira e, portanto, podendo afetar os fluxos de caixa futuros de transações com fornecedores devido à variação nas taxas de câmbio. Não existem valores em aberto com fornecedores em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

O risco de crédito em relação a clientes é minimizado, pois sua operação tem análise de crédito eficaz e convênios com empresas de primeira linha.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Sociedade.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais levando em consideração suas necessidades de caixa a fim de atender à estas demandas operacionais.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento do mercado. O objetivo da Sociedade é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Sociedade.

(f) Operações de Crédito

Na classificação das operações de crédito, pelos diversos títulos contábeis, deve-se ter em conta:

- a) a aplicação dada aos recursos, por tipo ou modalidade de operação;
- b) a atividade predominante do tomador do crédito.

11 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade apresenta caixa disponível em suficiência para cobrir o pagamento do circulante e não apresenta dívidas de longo prazo.

12 Análise de sensibilidade

A Sociedade tem total disponibilidade de seus recursos e até então não apresenta instrumentos financeiros e conseqüente demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Sociedade, mantém seu caixa em % cdi, acompanhando o mercado flutuante e as operações em pré-fixadas além dos desvios padrões calculados.

Em 30 de junho de 2024:

<u>Instrumento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Exposição R\$ Aplicação Financeira</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Redução de Índice em 25%</u>	<u>Redução de Índice em 50%</u>	<u>Elevação de Índice em 25%</u>	<u>Elevação de Índice em 50%</u>
Aplicações financeiras	CDI	1.404.280,19	1.415.350,65				

*Não apresenta perdas com redução de índice, apenas redução de ganhos.

INTEGRAÇÃO DE CRÉDITO E COBRANÇA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
semestre findo em 30 de junho de 2024.
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Eventos subsequentes

Considerando os aspectos relevantes do cenário político-econômico mundial, primeiramente os conflitos bélicos entre Rússia e Ucrânia iniciados em 2022 e agravados em 2023-24, a administração vem acompanhando a evolução dos desdobramentos, não identificando riscos que afetem as operações da Sociedade. Ainda, sobre os eventos recentes ocorridos no mercado financeiro internacional, destacando crises/perdas com “SVB” Silicon Valley Bank (EUA) e Bank Credit Suisse (Suíça), a administração destaca que nem a Sociedade ou empresas ligadas têm qualquer exposição a estes riscos.

Considerando cenário econômico de 2024, não houve alteração na política da empresa e não ocorreram eventos que pudessem afetar o planejamento da sociedade.

Ricardo Laurence Tadeu Barletti
Sócio Administrador
CPF 183.473.858-07

Paulo Victor Tisse Fritz
Contador
CRC RJ1092300